

RECONSIDERAR A RIQUEZA

Patrick Viveret

Leila Bijos*

Igor de Freitas Vasconcelos**

Patrick Viveret é filósofo, Conselheiro Referendário do Tribunal de Contas e relator da missão “Novos fatores de riqueza”, situada na Delegação Interministerial para a Inovação e a Economia Social do governo da França. Dirige também o Centro Internacional Pierre Mendes France e é colaborador da revista *Transversales Science-Culture*.

Em sua obra “*Reconsiderar a Riqueza*”, Viveret retrata de maneira muito autêntica nosso atual modelo ocidental de desenvolvimento que não é sob nenhum aspecto sustentável e analisa as causas pelas quais nossos indicadores mostram-se tão distantes de uma retratação fiel da realidade social.

O autor organiza sua obra em cinco partes principais: a primeira parte “Termômetros que fazem adoecer!”; a segunda parte “Um projeto, atores, objetivos, métodos”; a terceira parte “De Nova York a Toulouse”; a quarta parte “O cerne do debate”; e finalmente a quinta parte, intitulada “Por um Estado ecológica e socialmente responsável”. Como complemento, o autor anexou no começo de sua obra uma entrevista que concedeu a Jean-François, professor de Instalação e Planejamento Urbanístico e integrante da diretoria de Prospecção, Planejamento e Avaliação na Universidade de Lille, quando da ocasião da Conferência de Lille, em setembro de 2000. Além disso, dispôs também de um breve comentário relacionado ao Relatório da Missão Executada, de sua própria autoria, a pedido de Guy Hascoët, Secretário de Estado para a Economia Solidária.

Na entrevista, Patrick Viveret contextualiza o processo de construção de um sistema econômico que suceda ao capitalismo, cuja necessidade tornou-se ainda mais premente após a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu em Johannesburgo, em setembro de 2002.

Nesse encontro, foram elucidados dois princípios-chave para a compreensão das causas do gradual desgaste do modelo de desenvolvimento ocidental: o fato de que ele não é universalizável e muito menos sustentável; a idéia de que a humanidade (ou mais especificamente certos grupos sociais capacitados, mas desinteressados por mudanças no *status quo*) tem ignorado seus problemas mais fundamentais (ecológicos, sociais, etc.).

O autor analisa as implicações de uma possível inversão no plano de importância entre a *oikos nomos* (economia) e a *oikos logos* (ecologia), a nível mundial. Esse modelo econômico é aplicado atualmente com relativo sucesso em países asiáticos e africanos. No entanto, um eventual soerguimento da ecologia em detrimento da economia seria desejável, apesar de não necessariamente sustentável. Em sentido mais amplo, percebe-se que depois que adquiriu a capacidade de autodestruição e de controle natal, a humanidade volta-se cada vez mais (ou ao menos deveria fazê-lo) a questões identitárias básicas como “Que faremos de nossa espécie?” e “Que faremos de nossa

* Doutora em Sociologia pelo CEPPAC, Universidade de Brasília (UnB), professora visitante da Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD), Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais do UniCEUB. Coordenadora do Núcleo de Gênero, Conflitos Étnicos e Macroeconomia (NEGEM).

**Igor de Freitas Vasconcelos é bacharel em Relações Internacionais pelo UniCEUB e membro fundador do NEGEM.

vida?”, acrescidas de outra indagação também importante “Que faremos de nosso planeta?”.

Dessa forma, Viveret busca compreender as causas relativas à manutenção da postura de ignorância aos problemas e à necessidade de modificação dos modos de produção e estilos de vida em geral. De forma filosófica enfatiza que o “desenvolvimento sustentável também deve ser desejável”.

Na primeira parte de seu livro, ele evidencia de que maneira nossos indicadores representativos da riqueza estão descompromissados com a retratação fiel da realidade de desigualdade que nos cerca e analisa, também, o porquê da sobrevalorização da economia e da moeda. Por meio de uma breve contextualização histórica, nos são expostos os efeitos perversos das atuais formas de representação de riqueza, e as consequências que a manutenção desses parâmetros podem ter na contabilidade nacional.

O autor discorre sobre a corrupção que afeta os indicadores de riqueza disponíveis para as análises sociais (PIB, IDH, IPH, dentre outros), e porque eles tendem a perpetuar o quadro de primazia da rentabilidade sobre o bem público. Essa hierarquia, semelhante à que prioriza a economia comparativamente à ecologia, condiciona dicotomias como “Produtores x Sugadores”, em que os primeiros representam as empresas e outros atores considerados os mantenedores do equilíbrio orçamentário. Já os sugadores tendem a ser vistos apenas como agentes de subtração da riqueza não tendo sua parcela de contribuição social devidamente computada (órgãos de defesa do meio ambiente e encarregados da assistência social).

Para exemplificar a disfunção dos indicadores, cita-se o *Paradoxo de Érika*, segundo o qual uma plataforma de óleo somente veio a gerar lucro quando do desastre que a desativou, uma vez que desse modo foram geradas outras atividades (consertos, tratamentos de limpeza do mar, seguros, etc.). Esse episódio evidenciou que, em geral, qualquer destruição que propicie fluxos monetários tende a ser contabilizada por nossos indicadores como positiva (decorrendo daí sua desregulação).

A análise adentra Schumpeter, que ressalta que, apesar de destrutivo, o progresso tecnológico vivenciado pela humanidade não deixa de ser criativo, a partir do momento em que propõe ou impõe novas modalidades de interação social. Em contrapartida a tal desordenado progresso, ele aponta que, no âmbito do fortalecimento das convicções democráticas, o pilar econômico deve não somente ser acompanhado de outros como o social e o ecológico, como deve ser também profundamente resignificado.

A chegada do século XVII, quando “a natureza começou a ser tratada não mais como cosmos misterioso, mas como um material maleável”, proporcionou significativas reestruturações metodológicas no campo da ciência econômica, entre as quais merece ser citada a distinção entre a própria ciência econômica e a moral.

Nesse contexto, duas ideologias econômicas estruturalmente opostas devem ser levadas em consideração, atentando-se para o fato de que fundamentaram-se sobre elementos presentes no mesmo contexto histórico (os projetos de reconstrução posteriores à Segunda Guerra Mundial): liberalismo e marxismo. Enquanto o primeiro sistema defende a primazia da infra-estrutura, o segundo defende a estabilidade da superestrutura.

Viveret concorda com Jean Gradey quando este assinala que foi o controle estatal sobre a economia que ocasionou a corrupção dos indicadores sócio-econômicos existentes. Uma das consequências dessa situação foi a mudança inegável observada na relação tempo-dinheiro, por sua vez também deriva da profunda revolução tecnológica ocasionada pela crescente informatização do mundo.

Na segunda parte do livro, são esclarecidos conceitos da teoria do poder, e se infere sobre quais atores, e de que forma eles são responsáveis pela “doença dos termômetros” (denominação utilizada pelo autor para citar a “infidelidade” de nossos indicadores) e que métodos podem ser úteis no sentido de reexaminar as relações humanas.

Na verdade, três hipóteses são apresentadas, objetivando guiar as atividades na perspectiva de uma futura reestruturação das relações sociais no mundo: identificar as pesquisas e estudos que contemplem os avanços alcançados até então; discernir a natureza dos múltiplos obstáculos que se opuseram a esses avanços; e definir estratégias e projetos de ação em médio e curto prazo.

Como problema sempre persistente a quaisquer modificações de grande porte nos modelos de desenvolvimento, Viveret cita a falta de vontade política. Em seguida, comenta a importância do *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano* de 1996, publicado pelo PNUD, que dentre outras coisas declara que “o desenvolvimento humano é um fim para o qual o crescimento econômico é o meio”, e, “não existe ligação automática entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano”, além disso “é importante dedicar mais atenção à qualidade desse crescimento”.

Sobressai-se a importância que o aspecto humano inerente aos valores fundamentais tem comparativamente ao aspecto material, financeiro. Nesse sentido, Viveret considera importante a recriação de meios de troca que não sejam necessariamente atrelados à unidade monetária. Afirma que é fundamental o restabelecimento de “laços de proximidade” entre as partes da atividade comercial, e em seguida lembra que essa reconsideração vem sendo percebida nos chamados “orçamentos participativos” ou “orçamentos com enfoque social”.

A globalização, como que não suficientemente satisfeita por intensificar o crescente processo de “materialização das relações humanas”, caminha no sentido da chamada “inserção da moeda eletrônica”, lançando as bases do capitalismo também no campo da informática e, dessa forma, distanciando as sociedades ainda mais do desejado quadro de cooperação econômica internacional.

Torna-se premente a urgência de modificação dos parâmetros de criação dos atuais indicadores, com o intuito de assegurar uma maior democratização de seu processo de confecção.

A terceira parte do livro identifica as pesquisas e estudos que contemplam os avanços já empreendidos no sentido de uma mudança gradual do modelo de desenvolvimento que rege as atuais relações econômicas mundiais. Dessa forma, ele classifica os indicadores em “antropológicos” e “monetários”. Aqueles contabilizam o conjunto de atividades que se baseiam nos valores mais humanos, a exemplo do fato de os familiares das vítimas dos atentados de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center buscarem contato com seus parentes para lhes declarar seu amor e a exemplo também das doações de sangue feitas pelos nova-iorquinos às vítimas do mesmo atentado. Por seu turno, os indicadores monetários buscam contabilizar apenas o que pode ser quantificado, comercializado, tendo valor somente “aquilo que possui capacidade monetária”, conforme descrito na obra.

Mais uma vez Viveret destaca a inversão em grau de importância que deve ser realizada com relação aos tipos de indicadores. Segundo ele, os antropológicos e ecológicos devem ser reconsiderados porque são exatamente eles que asseguram a existência da própria economia, já que indicam como o planeta deve ser administrado para que possa proporcionar condições dignas de sobrevivência a seus habitantes.

O título desta parte de seu livro (*De Nova York a Toulouse*) se justifica pelo fato de que tanto nos atentados de 11 setembro ocorridos em Nova York quanto na explosão

da indústria química AZF em Toulouse, as perdas materiais e os posteriores trabalhos de conserto, limpeza, dentre outros foram computados de maneira positiva no PIB de seus respectivos países.

A seguir, o autor interpreta a criação do euro como uma combinação entre fatores econômicos e psicológicos, a partir da qual a unificação monetária poderia conferir uma maior segurança psicológica (ou uma maior confiança nos investidores) além da evidente maior segurança financeira.

Para ilustrar de modo muito conciso esse contexto de construção de mega-blocos transnacionais que acabam por ignorar os também "mega-problemas" que a humanidade tem a combater, Patrick Viveret demonstra por meio do Relatório do PNUD de 1998 o quadro de profunda desorganização institucional e de falta de prioridade orçamentária no qual são gastos 400 bilhões de dólares por ano na área de publicidade em todo o planeta e onde por outro lado são gastos tão-somente 40 bilhões de dólares na implementação da educação básica para todos.

Além da distorção administrativa discutida em seu livro, o autor cita a confusão metodológica que envolve o emprego do termo "capital" por parte dos agentes financeiros nacionais e internacionais, já que essa palavra pode tanto se referir ao "meio" para que os objetivos de erradicação das desigualdades possam ser atingidos quanto para se referir ao "fim" de determinados projetos.

Em seguida, Viveret faz comentários acerca de uma série de eventos que se propuseram a moldar novas ferramentas de compreensão da realidade global em seus aspectos ambientais e sociais. Por ocasião da Conferência de Helsinque, em 1999, o autor lembra a contribuição de novos indicadores mais precisos de análise da situação ecológica do planeta; já no Conselho de Estocolmo, em 2001, foram apresentados três novos indicadores estruturais voltados para a área de gênero, exclusão e desigualdades sociais.

O autor reconhece que as sanções fiscais (a exemplo do princípio do poluidor-pagador e da taxação de produtos energéticos) são um mecanismo de transição entre o domínio de um quadro insustentável de exploração capitalista dos recursos naturais e um contexto de equilíbrio ecológico e econômico.

Viveret concorda então com François Fourquet, que em seu *Les Comptes de la Puissance* (As Contas do Poder) elucidou o problema central por trás do problema dos indicadores sócio-econômicos: eles foram criados na perspectiva da corrida industrial com o intuito de permitir uma comparação objetiva e eficiente entre os potenciais de indústria das nações européias. Essa percepção possivelmente explique, ainda que de maneira parcial, a dissociação por vezes observada entre os vetores de crescimento econômico e os vetores de retratação das condições estruturais de vida das diversas populações nacionais.

No campo terminológico, a transição das preocupações essencialmente voltadas para a preservação do meio ambiente para as preocupações voltadas para um âmbito mais geral relativo à atuação social das instituições, é evidenciada pelo surgimento seqüenciado das expressões "desenvolvimento sustentável" (através do Relatório Bruntland) e "responsabilidade social", sendo este último relacionado mais à esfera empresarial.

Por fim, Viveret sintetiza em três elementos o conjunto das fragilidades que acabam por oferecer resistência a mudanças mais significativas nos projetos: *um quebra-cabeça desmontado*, que segundo o autor é ocasionado pela inexistência de uma rede interligada de atores efetivamente capacitados para alterar seu quadro local; *a defasagem dos indicadores monetários*, representando o risco de os atores-chave no processo decisório permanecerem no plano do discurso e não se ocuparem da

operacionalização de iniciativas práticas e sendo assim apenas “correrem para o capital de reputação” (nas palavras de Viveret), sem no entanto buscarem reestruturações de longo prazo; e finalmente *a falta de ambição pública*, pelo fato de as autoridades habilitadas a promover mudanças simplesmente não buscarem uma comparação madura entre os indicadores econômicos (monetários) e os sociais e ecológicos (antropológicos), prevalecendo na maioria das vezes os primeiros como base estatística das decisões.

Na quarta parte de seu livro, o autor faz uma análise objetiva de seu próprio ponto de vista com relação aos vários temas abordados em sua obra. De início, ele busca reinterpretar as considerações acerca do *Paradoxo de Érika*, enfatizando que o problema maior nesse caso não é particularmente a destruição ocorrida, ou a necessidade posterior de consertos e limpeza, mas o conjunto destruição-reparação que na prática gera fluxos monetários.

Em seguida, Viveret reconsidera a questão dos indicadores, declarando que o foco do problema relacionado à moeda e ao PIB não está diretamente ligado a elementos técnicos e nem é inerente à estrutura das contabilidades nacionais, mas relativo à “religião do crescimento monetário que existe no cerne das sociedades de mercado”. Ele propõe como alternativa uma análise comparativa mais clara entre os indicadores sociais e os econômicos, a fim de que se possa melhor verificar a defasagem existente nessa relação ao longo do tempo.

O autor desconsidera os sistemas contábeis nacionais como culpados pela ocorrência dos desastres, afirmando que na verdade deveria haver mais e melhores sistemas de prevenção. Ainda segundo Viveret, a tendência de se imputar aos sistemas de contabilidade a responsabilidade pelos desastres é uma postura inaceitável e provem de uma cultura de cifragem monetária e de quantificação financeira de todos os acontecimentos da vida social.

Adiante, ele faz comentários acerca de uma eventual separação completa entre ética e economia, que geraria problemas gravíssimos como a falta de critérios para a classificação das atividades sociais como sendo positivas ou negativas. Como exemplo, cita o cientista Einstein, de quem não seriam esperados questionamentos como “Quais as implicações sociais futuras que este meu projeto sobre energia atômica poderão ter?”. Nesse contexto, Viveret declara ser necessário um maior conhecimento sobre as probabilidades e riscos que certas atividades econômicas podem ter de se converterem em desastres, em vez de se manter uma postura de policiamento ou vigilância constante sobre essas atividades.

O conceito das contas-satélites mostra-se por demais desatualizado e dessa forma o autor faz questão de realçar que essa abordagem era muito restritiva em seu aspecto orçamentário. Ela tendia a considerar as atividades sociais e de defesa ambiental como pertencentes a uma coluna de gastos secundária, periférica, em detrimento das atividades ditas “mais importantes da economia”.

Na final da quarta parte de seu livro, Viveret aborda de maneira muito feliz o verdadeiro papel da moeda: seria ela um elemento de troca ou de dominação? Desde seu surgimento a moeda vem servindo (mas somente a uma parcela da humanidade) de elemento de troca, uma vez que se pode atribuir poderes maiores ou menores de câmbio a um “fetiche”, que é a moeda; lembra, no entanto, que esse sistema de trocas, possível por meio da aquisição de empréstimos bancários e que em tese facilitaria as trocas, simplesmente não está disponível para mais de três bilhões de pessoas no planeta, ficando evidente seu caráter paradoxal e exclusivista.

Finalmente, o autor busca estabelecer um vínculo geral entre os indicadores, a moeda e os sistemas de troca, percebendo que os indicadores mais suscetíveis de

utilização múltipla são realmente os antropológicos (ecológicos e sociais), já que colocam em destaque as condições físicas, psíquicas e estruturais da vida humana, a exemplo do IDH.

Expõe-se sete principais eixos de transformação que dizem respeito aos atores legislativos e executivos, responsáveis pela operacionalização das mudanças esclarecidas nos estudos e trabalhos citados em sua obra: *Criar condições para um outro olhar sobre a riqueza; Construir um debate democrático sobre a natureza da riqueza, seu cálculo e sua circulação; Elaborar um relatório francês sobre o desenvolvimento humano sustentável, integrando indicadores de destruição e “dissociação”; Tomar uma iniciativa européia com vistas a um relatório europeu sobre o desenvolvimento humano e trabalhar nível mundial na mesma direção; Criar mecanismos de incentivo, tanto no plano fiscal, quanto pela mobilização de conhecimentos especializados e de tempo; Favorecer a troca e a atividade; Recensurar e implementar as condições de um Estado e de poderes públicos social e ecologicamente responsáveis.*

Dentre as perspectivas desenhadas pelo livro, podem ser citadas a busca pela melhoria das políticas públicas, dos indicadores a elas relacionados, inspirando a criação de mecanismos mais democráticos de representação das condições sócio-econômicas das populações nacionais. A pergunta fundamental lançada no âmbito do combate às incongruências contemporâneas é “Estamos preparados para sair por cima dessa sociedade de mercado, que coisifica as relações sociais, mercantiliza o ser vivo e a inteligência e procura estender o *lifetime value* à totalidade do tempo da vida?”. Para respondê-la na prática, devemos empreender esforços pessoais legítimos de mudança de nossa própria visão de mundo, que, somados à legalidade daqueles empreendidos pelo Estado e pela cadeia de instituições que o compõe, sejam responsáveis por mudanças não apenas de curto prazo, mas estruturais; não apenas conjunturais, mas conceituais. Desenvolver as potencialidades locais e resignificar valores e parâmetros: práticas-chave rumo um milênio mais justo e mais transparente.